

Entre o planejamento urbano e o planejamento político: brechas de um Estado hermético

- Alexandre Gonçalves

Ao trazer para o centro do debate as articulações entre espaço, capital, trabalho, classes sociais e Estado, Carlos Brandão situa o problema da reprodução das relações sociais de produção do sistema capitalista, baseado na coerção e exploração, alicerçado nas lógicas de acumulação e fortalecimento dos grandes capitais financeiros representados pelas grandes corporações e pelo Estado enquanto gestor e fomentador do sistema. Dentro dessa lógica, a segregação socioespacial é o desdobramento no espaço de relações sociais nem sempre visíveis, mas muitas vezes ocultas pela complexidade de ação que envolve os atores hegemônicos e não-hegemônicos, entendidos basicamente em três grupos: agentes públicos, agentes privados, e agentes de resistência ou contra-hegemônicos.

Essa abordagem conceitual teórica e analítica formulada por Brandão é fundamental para compreender as lacunas, brechas e limitações do Estado e do planejamento urbano enquanto disciplina técnica em dar conta de problemas tão complexos das cidades brasileiras. As pautas que moveram as revoltas de junho de 2013 são intrinsecamente problemas urbanos do cotidiano na cidade, mas não necessariamente são abarcados pelo planejamento urbano. A violência, a corrupção, a debilidade da mobilidade urbana, o caos na saúde, na educação, são demandas sociais que extrapolam o ramo do urbanismo. O urbanismo contemporâneo não poderia se situar assim como foi o urbanismo modernista e apropriar arquitetura moderna, que utopicamente pretendia transformar a sociedade como um todo.

Propõe-se, portanto, uma abordagem do planejamento urbano enquanto parte de um “planejamento político”, visto que a transformação ampla das realidades sociais e urbanas em conflito depende das reformas de base: reformas urbana e agrária, da saúde e da educação; e principalmente neste momento, da reforma política, entendida por muitos críticos como a mãe das outras reformas. Passados vinte e sete anos da Constituição de 88, e trinta anos após a redemocratização do país, o Brasil ainda sucumbe ante a necessidade de reformas no sistema tributário, no sistema político (eleitoral e partidário), ante a necessidade de modernização e revisão de paradigmas herdados das ditaduras do Estado Novo de Vargas e do regime militar (1964-1985), com seus padrões patrimonialistas e clientelistas, que tendem a fortalecer a desigualdade através de privilégios e concessões para os “barões” do capitalismo.

Formulo, portanto, a hipótese de que o planejamento não pode ser entendido enquanto prática técnica apenas, mas essencialmente como “prática política”, ainda mais que se trata de um planejamento estatal, formulado e elaborado na arena política, cuja arena social é limitada, e na maioria das vezes conduzida como um agenciamento racional pré-determinado, onde a participação da população em conselhos municipais e audiências públicas se dá dentro de um campo restrito determinado pelo Estado.

Coloca-se aqui a questão que de fato é a força motriz das revoltas populares de 2013: uma crise de representatividade do Estado democrático de direito. A crise da democracia representativa não é apenas brasileira, visto que em todo o mundo as sociedades democráticas não se sentem representadas pelos partidos políticos e seus líderes. A falta de interlocução entre Estado e sociedade aponta para o que Agamben (2004) denominou de Estado de Exceção, onde existe uma espécie de meio termo entre democracia e absolutismo, visto que o distanciamento da classe política da sociedade e suas ações quase autônomas e desvinculadas das demandas sociais, é a expressão fatal da política “institucional”. As alianças partidárias e políticas acontecem no âmbito das instituições, sejam elas empresas privadas, públicas, ONGs, órgãos de classe, entidades profissionais, sindicatos, e não no âmbito do cidadão e da realidade vivenciada do cotidiano, onde o drama da violência, da baixa qualidade da saúde e educação, assolam e debelam o direito à cidade e à vida.

Tal condição do Estado poderia ser denominada de “Estado hermético”, uma condição de isolamento, de alienação, desproporção com os anseios da sociedade. Em contraposição ao Estado hermético, seria necessário um contínuo esforço dentro do atual contexto de crise política, rumo ao enfrentamento dos paradigmas dominantes, pelas vias da reforma política e tributária, e das reformas urbana e agrária.

As reflexões aqui postuladas visaram aprimorar o entendimento do planejamento urbano dentro de um contexto político, uma vez que o aparato técnico e conceitual do planejamento enquanto disciplina de urbanismo, se demonstra insuficiente nas transformações sociais e das relações sociais representadas pela reprodução do sistema capitalista. Como resposta, entende-se que o “planejamento político” é o encaminhamento natural para a mudança de paradigmas de gestão e na luta por uma sociedade mais justa e equânime.